



## O AMOR CATIVO EM PORTO ALEGRE NO SÉCULO XIX: o sentido além do discurso

Valéria Zanetti<sup>1</sup> & Maria Aparecida Papali<sup>2</sup>

### CAPTIVE LOVE IN PORTO ALEGRE IN THE NINETEENTH CENTURY: the meaning beyond speech

Marx e Engels observaram, precisamente, que as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes. Isto é "a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual." (MARX/ENGELS, 1965). A classe

que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual. (...) Na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e distribuição de idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época (Idem, Ibidem).

Trazendo essas constatações para as condições escravistas brasileiras é possível afirmar que a manutenção do sistema exige que a classe hegemônica domine, além das relações econômicas e do sistema de produção de idéias, os corpos, as vontades e os sentidos dos escravos. No entanto, conforme observou Georges Canguilhem, o sentido pode ser perseguido, mas ele escapa, sempre, a toda redução que tenta alojá-lo numa configuração orgânica ou mecânica (...). Porque o sentido é relação a (a alguma coisa); o homem pode jogar com ele, desviá-lo, simulá-lo, mentir, armar ciladas (GREGOLIN, 2001, p.09)

Na linguística, *sentido* equivale à relação de identificação do sujeito com o texto. Significa, sobretudo, "relação entre sujeitos, que produzem e interpretam sentidos; relação que, mediada pelo texto (por sua ilusão de completude e transparência), leva os sujeitos para o diálogo com outros textos, para suas fronteiras e seus limites. O fazer sentido é efeito dos processos discursivos que envolvem os sujeitos com os textos e, ambos, com a História."(Idem, Ibidem). O sentido está no processo discursivo, que se trava na interpretação, entre o sujeito, o texto e a história. Trata-se, antes de tudo, de um jogo na instância discursiva (Idem, Ibidem) Já o *Texto* diz respeito aos processos discursivos que rondam a construção e a circulação de sentidos na sociedade. É entendido como materialização discursiva de uma rede de saberes. (Idem, p. 70/71)).

Contando com todos esses esquemas de manutenção do estado de coisas estabelecido pela sociedade escravista, o sistema valeu-se de um aparato que incluía, além da força e dos mecanismos de coerção, um discurso escravizador que tentou produzir e controlar sentidos, segundo a lógica social. A produção desse discurso gerador de poder intencionava controlar, selecionar, organizar e redistribuir procedimentos que visavam a conjurar toda e qualquer ameaça a esse poder. Para Foucault, o discurso é uma prática

---

<sup>1</sup> Valéria Zanetti é professora doutora na Universidade do Vale do Paraíba/UNIVAP.

<sup>2</sup> Maria Aparecida Papali é professora doutora na Universidade do Vale do Paraíba/UNIVAP.

que relaciona a língua com "outras práticas" no campo social. O discurso, enquanto prática discursiva, "é um conjunto de regras anônimas históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa." (FOUCAULT, 1986, p. 136)

Reforçar a inferiorizada condição dos sujeitos escravizados e a ocupação dos seus espaços, delimitados pelo trabalho insalubre e penoso do mundo escravista, foram enunciações discursivas da época em que imperou a escravidão no Brasil. Na contramão do discurso escravista mutilador, o contra-discurso do cativo se manifestava com réplica da enunciação que o coisificava. Nossa concepção de discurso, seja o discurso dominante ou dominado, é definida a partir de jogos estratégicos. Esse discurso é entendido como "uma prática que provém da formação dos saberes e a necessidade de sua articulação com outras práticas não discursivas." (Idem, Ibidem)

O discurso mutilador escravista esclarece o enunciado, revelando os sujeitos (senhores/escravos) e os espaços (urbano/rural; casa-grande/senzala) da linguagem dominante. O enunciado é a unidade linguística básica, repetível. Pode se manifestar de forma escrita ou oral, por meio de julgamentos de valores que estabelecem nas situações da vida social. É, portanto, a unidade elementar básica, que forma um discurso (Idem, Ibidem) Para Foucault, o discurso é uma prática que liga a língua com "outras práticas" no campo social. O discurso deve ser pensado, portanto, enquanto "prática discursiva", ou seja, nas relações materiais de existência. Entretanto, não podemos confundir prática discursiva

com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada num sistema de inferência; nem com a 'competência' de um sujeito falante quando constrói frases gramaticais; **é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (grifo nosso)** (Idem, p.136).

Segundo Foucault, a constituição de *sociedades de discurso*, pelo funcionamento doutrinal e pelas apropriações sociais, limitam os sujeitos falantes (FOUCAULT, 1999). Os sistemas de controle mostram que "aquilo que é efetivamente dito não provém de um tesouro infinito de significações, mas de condições de possibilidades específicas." (GREGOLIN, 2001, p. 17), Essas possibilidades dizem respeito a uma posição dada, em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, que determina o que pode e deve ser dito. Diz respeito à formação discursiva (Idem, Ibidem).

Buscando entender as reações em torno dos diferentes sentidos dos escravos que conviviam no espaço porto-alegrense de meados do século XIX, nos amparamos na abordagem arqueológica dos fatos discursivos proposta por Foucault. A arqueologia discursiva se apresenta "como o estudo dos vestígios escondidos que subjazem aos edifícios teóricos e às práticas sociais, uma trama de idéias, instituições, atitudes, condutas (filosóficas, científicas, políticas, econômicas, artísticas, etc.) que são operantes numa sociedade graças ao silêncio em torno do que as tornou possíveis." (Apud CHAUI, 1991, p. 181)

O silêncio também é um discurso. Assim como a palavra, o silêncio também está determinado por suas condições de produção sendo parte integrante da montagem da informação. A história se constitui de vozes. Algumas são silenciadas, para que outras se tornem dominantes. Nesse duelo de linguagens e imposições sociais, situações são construídas para que novos sentidos se estabeleçam. Discursos silenciados podem

renascer nas entrelinhas da história. O silêncio, esclarece Chauí, "não é (somente) o que os discursos não dizem, mas são (também) os conjuntos de estratégias empregadas para a montagem desses discursos. (...) Conhecer uma sociedade ou uma época de uma sociedade, é descobrir o que ela diz, como o diz, por que o diz, para que o diz, a quem o diz, como foi possível esse dizer, que práticas o suscitaram e foram suscitadas por ele, e que não é dito." (Idem, Ibidem) Forma interessante essa de escavar esse silêncio a partir dos discursos, mais precisamente, do não dito.

No desafio de conhecer a sociedade escravista porto-alegrense, tomaremos como base o seu discurso homogenizador que, ao limitar as falas dos sujeitos escravizados, propôs a estes sujeitos se apropriarem de condições de significação. Mais precisamente, investigaremos o universo dos sentidos ligados ao prazer sexual.

Como se sabe, no mundo escravista, punir, castigar, proibir e ameaçar foram argumentos coercitivos para conter as animosidades dos escravos. A opressão, no sentido de esmagar, violentar e contrariar a natureza de alguma coisa ou de alguém (Idem, p. 13), foi algo presente no período escravista, principalmente em se tratando de expressão das vontades e desejos dos cativos. Concebido como mercadoria, o escravo tinha sua vontade, inclusive sexual, ligada ao esquema de dominação. Só se consentiam os envolvimento amorosos dos cativos quando serviam como argumento de controle da condição escravista da sociedade. Neste sentido, as famílias escravas, em alguns casos, não só eram consentidas como também estimuladas.

Vale lembrar que "a repressão sexual se diferencia bastante no tempo e no espaço, estando articulada às formas complexas de simbolização que diferentes culturas elaboram nas suas relações com a Natureza, o espaço, o tempo, as diferenças sexuais (...). Nenhuma cultura lida com o sexo como um fato natural bruto, mas já o vive e compreende simbolicamente, dando-lhe sentidos, valores, criando normas, interditos e permissões." (Idem, p.22)

O escravo, sujeito que faz parte de um corpo histórico-social, interagindo com outros discursos de que se apossa, utilizando-se de diferentes estratégias, para construir sua fala. Algumas ações foram materializadas em formas de assassinatos, fugas, suicídios; outras se manifestavam subliminarmente, evidenciadas no silêncio. O certo é que, sob diferentes condições, o escravo contra-argumentou. Não se utilizou, como regra, da língua, nem tampouco se fez convencer pelo discurso pregado. No silêncio do viver escravo, carregado de significação, o sentido se forma na dimensão do interdiscurso.

J. J. Courtine & J. M. Marandin desenvolvem a noção de interdiscurso como:

(...) um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida (...) a incorporar elementos preconstituídos produzidos no exterior dela própria; a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação. (Apud VILLARTA-NEDER, 2004, p.130/151)

Na construção dos enunciados discursivos aparecem as formas de diálogo tenso, conflituoso, em que há lembranças, alusões, mas igualmente esquecimentos. De acordo com Villarta-Neder, "o esquecimento é uma lembrança de segunda ordem, uma vez que se dialoga com sentidos virtuais para, sob o jogo de forças do inconsciente e da ideologia, descartá-los na forma de esquecimento e/ou apagamento." (Idem, Ibidem)

O esquecimento se dá a partir da voz do outro que denuncia o sentido que falta. Quando se esquece, a voz do outro que denuncia instaura uma espécie de culpa do sujeito. Já o apagamento pode ser entendido também como algo que a voz da alteridade evidencia, mas possui o traço de não ter necessariamente retorno à voz do sujeito, corresponde àquilo

que nunca se esperou dizer, da perspectiva do enunciador. É, portanto, algo que foi apagado deliberadamente. (Idem)

O sentido cativo, perseguido, escapava a toda redução que tentava alojá-lo numa configuração imposta pelas condições do sistema escravista. Dito de outra forma, o discurso do escravo apagava o discurso do enunciador com suas estratégias de sobrevivência. Buscando formas de resistir, os sujeitos eram levados para além de suas fronteiras e de seus limites. Eis aí o nosso desafio, buscar os interdiscursos de indivíduos escravizados na cidade de Porto Alegre, que viveram em meados do século XIX. Certamente, essa não é uma tarefa fácil, principalmente quando se tem em mente que aos escravos era determinado um distanciamento da palavra; que retrata, por sua vez, as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam. (BAKHTIN, 1979)

Definida como signo ideológico, por excelência, a palavra se caracteriza pela pluralidade. Dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes. Conforme Bakhtin, “cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, massa física, como cor, movimento do corpo ou como outra coisa qualquer.” (Idem, p.19)

Nossa investigação tenta revelar esses fragmentos materiais, reflexos transgressores da realidade constituída. Buscamos as manifestações de subjetividades nos espaços e momentos em que emergem as significações escravas, mais precisamente, nos movimentos dos corpos escravizados replicando o discurso entoador da dominação. Conforme Bakhtin, constituindo-se na atmosfera do “já-dito, o discurso é determinado ao mesmo tempo pela réplica ainda não dita, mas solicitada e já prevista.” (Idem, p. 103) Será, sobretudo, em busca da réplica não dita mas solicitada e já prevista que enfocaremos as relações sexuais presentes no cotidiano de escravos e escravas da Porto Alegre oitocentista.

---

A compra de um escravo podia dar ao adquirente o direito de explorar, inclusive, o corpo do cativo. Pela lógica da escravidão, o escravo não tem vontades, sentimentos, prazeres e desejos. Por ser considerado mercadoria, o escravo era usado e abusado nas diferentes transações comerciais, chegando essa prática, a chocar com os princípios da religião cristã. Em 1846, o conde de Caxias comentou sobre as diversas “uniões ilícitas e opostas à moral pública, aos interesses sociais e à doutrina da Igreja.” (Relatório do Conde de Caxias. A. 7.02, C. 96, 1846, p. 155) .

Até mesmo os sacerdotes, representantes da fé católica e moral pública, não se abstinham dos prazeres eróticos. Em 1853, referindo-se à descrença da população riograndense da religião oficial, o presidente da província explicava como causa principal do abandono do culto a desvairada conduta dos sacerdotes que, “encarregados de guardarem acesa a lâmpada Sagrada, fogem dos Templos para se perderem no golfo dos prazeres mundanos.” (Apud. ZANETTI, 2002, p.175-76).

Dos inúmeros processos cíveis e criminais guardados no Arquivo Público do Estado gaúcho um, particularmente, merece atenção. Trata-se de um processo de 1855 sobre um furto de dois contos de réis cujas vítimas eram dona Maria Cândida de Lima Pinto e sua

irmã, residentes na rua do arvoredado (hoje Fernando Machado). A inquirição não chegou ao suspeito mas, em troca, levantou uma gama de informações jamais imaginadas pelas duas senhoras. Tomaram conhecimento, pelos depoentes, que havia mais de nove meses, que suas cativas faziam, de sua cozinha, um espaço de fornicação (Idem, p.181).

Com grande esperteza e audácia, a cativa Sinfrosa, a mais afoita, relacionava-se ao mesmo tempo com um português e três escravos. Mais recatada, Maria andava amancebada com um português e um soldado. Quase pudica, Eva guardava-se apenas para o seu único amante. Se as senhoras ficaram alarmadas com a notícia dos encontros

Realizados na calada da noite, dentro do espaço de trabalho das suas cativas; que, por coincidência também fazia parte da sua residência, mais indignadas ficaram ao saberem que uma delas freqüentava bailes às escondidas. Curtindo a sua pseudoliberalidade, a cativa chegava ora às duas, ora às três da madrugada (Idem. p. 103).

Como dissemos, na contra mão do discurso escravista, os escravos replicaram. Como nos demonstrou a fonte histórica, essa réplica também se manifestou silenciosamente. O referido documento comprova que à noite, enquanto todos dormiam, seus algozes, com a parcimônia dos parceiros, armavam as estratégias de luta. A resistência silenciosa, que externava o sentido escravo, só foi quebrada com a instauração do processo. Na tentativa de salvaguardarem-se, os envolvidos, sem saída, acabavam se denunciando e se entregando, consolidando o discurso escravizador.

Conforme observou Ronando Vainfas, as principais fontes que permitem conhecer, com alguma sistemática, o universo das intimidades sexuais na colônia são as fontes produzidas pelo poder. A matéria-prima dos documentos processuais reside na denúncia da população contra os que se desviavam dos comportamentos sexuais e morais considerados lícitos. Essas minúcias nos detalhes abrem para o estudo das intimidades, dimensão da via privada que se mostra minimamente decifrável para o historiador. Segundo Vainfas, denunciava-se "porque todos estavam sempre a se vigiar mutuamente, murmurando da vida alheia, mexericando o que viam ou ouviam, favorecidos pela escassa privacidade que caracteriza a vida íntima de cada um" (VAINFAS, 1997, p. 228).

Num estudo recentemente realizado, sobre as manifestações sexuais e amorosas dos escravos porto-alegrenses, percebeu-se que a maioria dos encontros registrados pela documentação realizava-se na cozinha da casa senhorial, talvez porque as cativas não tivessem dormitórios e fosse ali onde os senhores iam com menos frequência (ZANETTI, 2002, p.183). Estabelecer a cozinha, local do trabalho que limitava especialmente a condição escrava, como espaço de resistência é, aos olhos da classe dominante, algo extremamente transgressor.

Bernardo, cativo e mestre de calafate, propriedade de José Gonçalves das Neves, residente na rua do Arroio (general Bento Martins), costumava visitar toas as noites sua parceira, vizinha de seu senhor e também cativa, "par fins libidinosos". Certa feita, achando a porta da cozinha fechada, resolveu subir no telhado do compartimento. Por infelicidade sua, foi visto pelos vizinhos e confundido com um ladrão, sendo preso e indiciado em flagrante delito. Vítima de um mal entendido, ninguém teve o cuidado de lhe informar que sua comparsa havia se mudado para a rua da Igreja (duque de Caxias) (Idem. p. 182).

Um processo de 1858 indiciou Silvestre, cativo de dona Silvana, residente na rua de Bragança (Marechal Floriano), por assassinato de um soldado forro, chamado José Bonifácio da Silva, seu vizinho e conhecido. José Bonifácio mostrava-se ser o grande rival de Silvestre, por encontrar-se às escondidas com a escrava Paula, propriedade

também de dona Silvana, por quem Silvestre guardava um amor incontido. Paula, por sua vez, não amava Silvestre e, freqüentemente, recebia as visitas do soldado, franqueando sua entrada pela cozinha. Por ciúmes da relação que o soldado mantinha com a cativa, também sua amásia, Silvestre se defendeu dizendo Ter agido em legítima defesa ao tê-lo confundido como um ladrão. Certo de Ter eliminado as barreiras que lhe separavam da escrava Paula, Silvestre defendia, através da eliminação do seu rival, a exclusividade do amor da cativa.

Algo em comum liga os documentos relatados: a cozinha como espaço de luta, de limite espacial definido pelas condições de afirmação da subjetividade e de apagamento das formações discursivas da sociedade escravista. Podemos definir a cozinha da casa senhorial um território concebido enquanto espaço de luta estabelecido no campo histórico-social. As recentes discussões em torno das análises espaciais procuram espacializar a narrativa histórica, trazendo à tona o espaço já presente, por vezes de maneira oculta, na teoria crítica social de autores como Foucault e Lefebvre (FOUCAULT, 1987, p. 162-92/ LEFEBVRE, 1974). O espaço passa a ser visto como linguagem, como categoria autônoma de pensar histórico, possibilitando-nos perceber a dinâmica mesma do evoluir do espaço.

A discussão do espaço como ativo ator social pode ser resgatada desde o final da década de 1950, com os pioneiros trabalhos do geógrafo Maximilien Sorre, mas somente será acentuado nas décadas de 1970 e 1980. Em 1972, Castells insere a teoria do espaço na teoria social. Argumentando que o espaço "é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social" (CASTELLS, 2000). Se as cativas recebiam os amásios na cozinha é também porque era ali onde dormiam à noite, após cumprirem a dura jornada servil.

Se a construção dos espaços, com suas complexidades e representações, deve era interpretada a partir do território e situada no tempo, é importante fazer alguns esclarecimentos. Estamos tratando do espaço urbano, mais especificamente do espaço definido pela sede da administração da província gaúcha, localizada nos meados do século XIX, em pleno regime imperial. Plenamente organizadas pelos poderes locais, as posturas municipais definiam os espaços a partir de cisões impulsionadas pela divisão do trabalho.

Negros de ganho e de aluguel, exercendo múltiplas funções, foram os principais construtores da capital sulina do século XIX. Com uma certa mobilidade espacial, transitavam pela cidade, gozando da sua pseudoliberalidade. Este fato levou a autores a generalizadas conclusões que sugerem a falta de fiscalização e afrouxamento dos laços servis. Esses autores esquecem que tudo na cidade fazia os escravos lembrarem de sua condição. Uma vigilância constante por parte dos policiais ou da própria sociedade livre atenta controlava os passos dos negros urbanos por onde passavam. As diversas posturas policiais e municipais encarregavam-se de regular e reprimir o comportamento desviante desses sujeitos.

Entre outras proibições, era impedido aos cativos entrar em tabernas, botequins e outras casas comerciais sem o devido consentimento do seu senhor; não podiam circular pelas ruas depois do toque de recolher; não podiam viver "sobre si" em qualquer casa, sem licença da Câmara; muito menos se encontrarem com seus pares em espaços definidos como proibidos pelos sujeitos do discurso dominante. Mas, segundo Foucault, se a cidade se faz a partir das atividades e movimentos diários, que deixam nela a marca da intenção humana, podemos dizer que a cidade de Porto Alegre também foi feita e

estabelecida a partir dos sujeitos que sofram os limites sociais impostos pela divisão social do trabalho.

Uma prova disso é que, segundo análise das infrações cometidas pelos escravos porto-alegrenses, a maioria dos delitos se dava depois do toque de recolher (Apud. ZANETTI, 2002, p. 128). Por um lado, esses números justificam a imposição da postura pela necessidade municipal. Por outro, revela a contra-argumentação do escravo, que deixava nas formações discursivas da cidade escravista, a sua marca. Marca registrada espacialmente no perímetro central da cidade, como a rua da Igreja (atual Duque de Caxias), da Alegria (General Vitorino), da Praia (Andradas), Clara (General João Manoel), do Arvoredo (Coronel Fernando Machado); notoriamente as mais policiadas (Idem, p. 133).

As práticas sociais dos cativos, espacializadas em formas clandestinas, eram assumidas pela criatividade tática, provocadas pelas redes da disciplina. Se "a cidade é um discurso e esse discurso na verdade uma linguagem" (Apud. HARVEY, 1989, p.70), podemos dizer que o dois discursos se imbricavam linguagens carregadas de significados, assim como o espaço é carregado de sentidos. Não é à toa que a municipalidade nomeou a praça do Pelourinho como praça da Harmonia, que alojava o símbolo de ordem da sociedade gaúcha, temerosa pelas práticas de ressignificação dos cativos. No entanto, segundo conta, não havia nada de harmonioso na praça, local ermo e sombrio, considerada "mal assombrada, pelas almas penadas dos enforcados" (Apud. ZANETTI, 2002, p.136).

O estudo do cotidiano servil na capital gaúcha revelou uma vida não só de trabalho como também de resistência, pautada pela tensão e pela violência. Mesmo o negro que não fugia, não se suicidava, não se rebelava, opunha-se também à escravidão. Sua oposição se expressava quando roubava o escravista, infringia as instruções senhoriais ou as posturas municipais ou se encontravam para namorar nos domínios senhoriais, mais precisamente, no espaço de trabalho da sua parceira, transgredindo os espaços da dominação e as condições sociais estabelecidas. De acordo com Harvey, "o espaço é tido como um continente de poder que oprime e aprisiona e a liberdade é possibilitada apenas no espaço do corpo." (HARVEY, op. Cit)

Para muitos, resistir era uma necessidade quase vital. Estabelecer laços familiares no seio das imensas dificuldades; opor-se à opressão do trabalho, bater tambores para dançar e cantar, quando permitido ou não, foram ações comuns dos cativos e libertos porto-alegrenses. Alcançar o amor proibido, transpondo fronteiras clandestinamente é, pode-se dizer, uma resistência silenciosa que registra o apagamento da voz dominadora. Replicando, o escravo discursou. Através do silêncio, contra-argumentou.

Se concebemos discurso como jogo estratégico e polêmico da ação e reação, de pergunta e resposta, de dominação e de esquiva, também podemos concebê-lo como luta (FOUCAULT, 1974). Se processo discurso é produção de sentido, discurso passa a ser o espaço em que emergem as significações. Então, o discurso se tece polifonicamente, num jogo de várias vozes cruzadas, que complementam e contradizem o enunciado e concorrem entre si. Usando o contra-discurso do escravo, buscamos meios de ouvi-lo e de entender sua contra-argumentação, estabelecida na réplica argumentativa. O escravo da capital gaúcha foi, sobretudo, o trabalhador que perseguiu com garra, criatividade e dificuldade as autonomias possíveis no rígido universo escravista, que determinou profundamente com sua ação.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Traduzido por Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Análise do discurso: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN et ali. (Org.) *Análise do discurso: entorno do sentido*. Araraquara: UNESP: FCL, Laboratório Editorial. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001.p. 9.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986, p. 136.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Cadernos da PUC: Rio de Janeiro, 1974.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987. pp. 162-92; LEFEBVRE, H. *The production of space*. Traduzido por Donald Nicholson-Smith. 18 ed. Oxford: Blackwell Publishing, 1974.
- CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1991.p. 181.
- VILLARTA-NEDER, Marco Antônio. Silêncio da memória x memória do silêncio: uma parábola sobre efeitos de sentido. FERNANDES, Cleudemar A. (Org.). *Sujeito, identidade e memória*. Uberlândia: EDUFU, 2004, pp. 130-151.
- VAINFAS, Ronaldo. Moralidades brasílicas. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 228.i
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 12ª Ed. São Paulo: Loyola, 1989. p. 70.
- ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano*. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 175-76.

Artigo Recebido em: 05 de maio de 2015

Artigo Aceito em: 26 de maio de 2016